

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

DEMOBILIZATION AND READJUSTMENT

— *Report of the Conference on Postwar Readjustment of Civilian and Military Personnel of the National Resources Planning Board* — Government Printing Office — Washington, D. C. — Junho de 1943 — 106 páginas — \$.20.

(Comentário de CLARENCE E. RIDLEY, da "International City Managers' Association")

O desenvolvimento da máquina administrativa, para a desmobilização bem sucedida das forças armadas, e o reajustamento dos civis empenhados no esforço de guerra constituem tarefa difícil e delicada, que reclama a aplicação das melhores técnicas disponíveis. Este relatório da Conferência sobre Reajustamento do Pessoal Civil e Militar no Após-Guerra expõe, em noventa e tantas recomendações, um programa de ação. A Conferência, que foi promovida pela Junta de Planejamento dos Recursos Nacionais, em julho de 1942, a pedido do Presidente, se compôs de representantes das forças armadas e de repartições públicas federais, tais como a Comissão da Mão de Obra e a Administração de Veteranos. Presidiu-a o Dr. Floyd W. Reeves, da Universidade de Chicago.

O relatório é bem documentado com gráficos, tabelas e estimativas de emprêgo. Calcula-se, por exemplo, que o emprêgo atual orça entre 62 e 63 milhões; que a cifra de emprêgo do período anterior à guerra era de 45 milhões; que 6 milhões de pessoas (compreendendo, em sua quase totalidade, jovens que, não fôsse a guerra, deveriam estar cursando escolas ou colégios, pessoas além da idade normal para o trabalho, e mulheres) irão afastar-se do contingente de emprêgo no fim da emergência, deixando cerca de 56 milhões no contingente de emprêgo para satisfazer as exigências do consumo, que, antes da guerra, era servido por 45 milhões. Os membros da Conferência não estiveram de acôrdo no tocante à estimativa dos desempregados, mas todos concordaram em "que, no fim da guerra, muitos milhões de indivíduos serão forçados a passar de um a outro tipo de atividade, e que, nessa época, existirá o grande perigo de ficar aumentado o desemprego".

A Conferência reconheceu que "os problemas de reajustamento civil e militar são, de fato, meros

aspectos diferentes de uma só tarefa — isto é, a de promover medidas pelas quais os futuros ex-soldados e trabalhadores civis do esforço bélico possam encontrar seus postos numa economia civil restaurada, onde todos tenham oportunidade e incentivo para um trabalho construtivo". Embora reconhecesse a necessidade de uma rápida desmobilização, a Conferência deu realce à necessidade de tudo se processar também em perfeita ordem: "Os soldados não devem ser colocados na posição de socorrer o mundo das garras da agressão, para, simplesmente, regressarem a um mundo onde não possam encontrar empregos e oportunidades".

A desmobilização e o reajustamento constituem uma parte dos problemas mais amplos do planejamento nacional destinado à estabilização econômica e segurança social. Os problemas focalizados neste relatório constituem uma parte importante da dupla tarefa de obter emprêgo integral, em vez do atual super-emprêgo em tempo de guerra, e de evitar a repetição do desemprego em larga escala. Aproximadamente a metade de tôdas as pessoas empregadas, ou seja um total de 30 milhões, está nas forças armadas ou empenhada diretamente no esforço bélico. A mudança de ocupações, provocada pela volta a uma economia de paz, terá repercussões tremendas. Será necessária a existência de aparelhos administrativos próprios para a adaptação oportuna da desmobilização industrial e militar, bem como para o aproveitamento dos veteranos e trabalhadores de guerra, caso se pretenda evitar um grande volume de desemprego durante o período de reajustamento.

Os princípios estabelecidos pela Conferência, que podem ser aplicados à desmobilização e ao reajustamento desejáveis, são os seguintes: a) necessidade de uma segurança contínua, mantida por meio de uma força armada; b) necessidade de uma segurança industrial contínua; c) necessidade de uma desmobilização militar rápida e em perfeita ordem; d) conversão industrial rápida e em perfeita ordem; e) aproveitamento integral; f) estímulo da iniciativa individual e do esforço coletivo. Com êsses princípios orientadores, a Conferência fez recomendações específicas para desmobilizar as forças armadas e desobrigar os trabalhadores das ocupações de guerra. Suas recomendações são

baseadas em planos positivos, que usam os seguintes instrumentos: segurança social, educação, emprêgo, e aconselhamento e orientação.

Os planos são dirigidos para os seguintes objetivos: 1) manutenção do poder aquisitivo individual e coletivo, durante o período de transição, através de medidas especiais, tais como: proventos de desmobilização para os que tiverem deixado o serviço militar; a instituição de uma medida liberal e mais uniforme para a remuneração dos ex-combatentes; e a extensão e aperfeiçoamento do sistema de seguro social; 2) adoção de medidas razoáveis para acelerar o ritmo de conversão da indústria bélica; reassunção das atividades de paz e a provisão de oportunidades de emprêgo industrial; e 3) proporcionar empregos ou ocupações provisórias aos desmobilizados, durante o período de transição, pela extensão de oportunidades para educação ou pelo provimento de funções no campo das obras públicas.

No entender da Conferência, o contingente de emprêgo deve ser fornecido pela indústria particular, e as obras públicas não devem ser consideradas como fontes primárias de colocações. O governo deve, entretanto, preparar, por assim dizer, um reservatório de obras públicas, para ser utilizado em caso de necessidade. O programa normal, nesse domínio, deve ser incentivado da mesma maneira que o emprêgo particular. E' da responsabilidade do governo federal, na opinião da Conferência, estabelecer a política geral e a estrutura do reajustamento, através de suas próprias diretrizes fiscais e econômicas, auxiliar os Estados e Municípios na solução de problemas criados pela guerra, e socorrer diretamente as áreas danificadas nas quais os problemas criados pela guerra excedem grandemente a capacidade local para solucioná-los.

E' evidente, afirma o relatório da Conferência, que se tornam necessários estudos mais detalhados sobre as indústrias do após-guerra e suas capacidades de emprêgo. A Conferência reconhece que, embora alguns órgãos existentes possam executar a tarefa de desmobilização, é aconselhável o estabelecimento de um órgão central diretor que se encarregue de planejar o reajustamento de após-guerra e de integrar as repartições federais já empenhadas nesse mesmo planejamento. Eis o ponto crucial do problema, que deve ser enfrentado sem delongas.

INDICAÇÕES

A STUDY IN PUBLIC RELATIONS — HAROLD P. LEVY — Russel Sage Foundation — New York — 1943 — 165 págs. — \$ 1.00.

Este trabalho "monográfico e histórico das relações mantidas entre um departamento de assistência pública e os habitantes de um Estado" descreve minuciosamente a organização e os métodos usados no programa de relações com o público do Departamento de Assistência Pública do Estado de Pennsylvania. As atividades de relações com o público foram tratadas de acordo com os múltiplos grupos de clientela, inclusive a legislatura, os grupos de influência, organizações sociais, o grande público e os grupos interdepartamentais. Embora não haja sido escrito com a intenção de ser um plano-modelo, possui, entretanto, grande utilidade não só para os que militam no serviço de assistência pública, como também para os interessados em outros aspectos funcionais da administração pública, devido ao delineamento objetivo, que nele se encontra, de todos os diferentes aspectos de um programa geral e bem administrado de relações com o público.

EXCESS PROFITS TAXATION — KENNETH JAMES CURRAN — American Council on Public Affairs — Washington, D.C. — 1943 — 203 págs. — \$ 3.50.

(Nota de CARL S. SHOUP, professor de Economia na "Columbia University")

Importante contribuição à história da tributação norte-americana acaba de surgir com o excelente relato da evolução da tributação sobre lucros extraordinários nos Estados Unidos, durante a primeira grande guerra, feito pelo Senhor Kenneth James Curran, em seu livro *Excess Profits Taxation*. O Professor Curran descreve, etapa por etapa, a promulgação das diversas leis de impostos sobre lucros extraordinários relativas ao período 1917-21, com referências em cada ponto às fontes originais, principalmente o *Congressional Record*, os *Reports* da Câmara dos Deputados e do Senado, os *Hearings*, os estatutos e os regulamentos do Tesouro. Assinala também as atitudes dos vários grupos para com o imposto e consagra capítulos isolados aos problemas administrativos e aspectos fiscais. O desenvolvimento do imposto sobre lucros extraordinários de valor declarado e do imposto sobre reserva de capital durante o período compreendido entre a primeira e a segunda grande guerra acha-se descrito, bem como o dispositivo Vinson-Trammell relativo à limitação dos lucros. Um breve capítulo referente ao atual imposto sobre lucros extraordinários foi acrescentado, "simplesmente para sumariar a sua natureza e as importantes modificações feitas durante os primeiros dois anos". O livro é um modelo de documentação erudita e pesquisa penosa. E' difícil de ler, principalmente porque o assunto é difícil, e o autor não foge às dificuldades. O livro é tipicamente destinado ao especialista de finanças públicas. Com exceção dos capítulos inicial e final, são poucas as observações sobre a tributação em geral de lucros

baseadas em planos positivos, que usam os seguintes instrumentos: segurança social, educação, emprêgo, e aconselhamento e orientação.

Os planos são dirigidos para os seguintes objetivos: 1) manutenção do poder aquisitivo individual e coletivo, durante o período de transição, através de medidas especiais, tais como: proventos de desmobilização para os que tiverem deixado o serviço militar; a instituição de uma medida liberal e mais uniforme para a remuneração dos ex-combatentes; e a extensão e aperfeiçoamento do sistema de seguro social; 2) adoção de medidas razoáveis para acelerar o ritmo de conversão da indústria bélica; reassunção das atividades de paz e a provisão de oportunidades de emprêgo industrial; e 3) proporcionar empregos ou ocupações provisórias aos desmobilizados, durante o período de transição, pela extensão de oportunidades para educação ou pelo provimento de funções no campo das obras públicas.

No entender da Conferência, o contingente de emprêgo deve ser fornecido pela indústria particular, e as obras públicas não devem ser consideradas como fontes primárias de colocações. O governo deve, entretanto, preparar, por assim dizer, um reservatório de obras públicas, para ser utilizado em caso de necessidade. O programa normal, nesse domínio, deve ser incentivado da mesma maneira que o emprêgo particular. E' da responsabilidade do governo federal, na opinião da Conferência, estabelecer a política geral e a estrutura do reajustamento, através de suas próprias diretrizes fiscais e econômicas, auxiliar os Estados e Municípios na solução de problemas criados pela guerra, e socorrer diretamente as áreas danificadas nas quais os problemas criados pela guerra excedem grandemente a capacidade local para solucioná-los.

E' evidente, afirma o relatório da Conferência, que se tornam necessários estudos mais detalhados sobre as indústrias do após-guerra e suas capacidades de emprêgo. A Conferência reconhece que, embora alguns órgãos existentes possam executar a tarefa de desmobilização, é aconselhável o estabelecimento de um órgão central diretor que se encarregue de planejar o reajustamento de após-guerra e de integrar as repartições federais já empenhadas nesse mesmo planejamento. Eis o ponto crucial do problema, que deve ser enfrentado sem delongas.

INDICAÇÕES

A STUDY IN PUBLIC RELATIONS — HAROLD P. LEVY — Russel Sage Foundation — New York — 1943 — 165 págs. — \$ 1.00.

Este trabalho "monográfico e histórico das relações mantidas entre um departamento de assistência pública e os habitantes de um Estado" descreve minuciosamente a organização e os métodos usados no programa de relações com o público do Departamento de Assistência Pública do Estado de Pennsylvania. As atividades de relações com o público foram tratadas de acordo com os múltiplos grupos de clientela, inclusive a legislatura, os grupos de influência, organizações sociais, o grande público e os grupos interdepartamentais. Embora não haja sido escrito com a intenção de ser um plano-modelo, possui, entretanto, grande utilidade não só para os que militam no serviço de assistência pública, como também para os interessados em outros aspectos funcionais da administração pública, devido ao delineamento objetivo, que nele se encontra, de todos os diferentes aspectos de um programa geral e bem administrado de relações com o público.

EXCESS PROFITS TAXATION — KENNETH JAMES CURRAN — American Council on Public Affairs — Washington, D.C. — 1943 — 203 págs. — \$ 3.50.

(Nota de CARL S. SHOUP, professor de Economia na "Columbia University")

Importante contribuição à história da tributação norte-americana acaba de surgir com o excelente relato da evolução da tributação sobre lucros extraordinários nos Estados Unidos, durante a primeira grande guerra, feito pelo Senhor Kenneth James Curran, em seu livro *Excess Profits Taxation*. O Professor Curran descreve, etapa por etapa, a promulgação das diversas leis de impostos sobre lucros extraordinários relativas ao período 1917-21, com referências em cada ponto às fontes originais, principalmente o *Congressional Record*, os *Reports* da Câmara dos Deputados e do Senado, os *Hearings*, os estatutos e os regulamentos do Tesouro. Assinala também as atitudes dos vários grupos para com o imposto e consagra capítulos isolados aos problemas administrativos e aspectos fiscais. O desenvolvimento do imposto sobre lucros extraordinários de valor declarado e do imposto sobre reserva de capital durante o período compreendido entre a primeira e a segunda grande guerra acha-se descrito, bem como o dispositivo Vinson-Trammell relativo à limitação dos lucros. Um breve capítulo referente ao atual imposto sobre lucros extraordinários foi acrescentado, "simplesmente para sumariar a sua natureza e as importantes modificações feitas durante os primeiros dois anos". O livro é um modelo de documentação erudita e pesquisa penosa. E' difícil de ler, principalmente porque o assunto é difícil, e o autor não foge às dificuldades. O livro é tipicamente destinado ao especialista de finanças públicas. Com exceção dos capítulos inicial e final, são poucas as observações sobre a tributação em geral de lucros

extraordinários, e se limitam a comentar dispositivos especiais das leis sobre renda. Tais comentários são, em geral, bastante detalhados, deixando que o leitor perceba quais foram os principais pontos discutidos, e refletindo, além disso, um raciocínio cuidadoso e uma análise penetrante dos intrincados problemas apresentados, embora, por vezes, o tratamento omita alguns tópicos principais (no estudo dos empréstimos de capital, por exemplo) ou seja de tal modo condensado que o leitor inexperiente em matéria de tributação de lucros extraordinários o achará difícil. Não foram feitas comparações com os impostos sobre lucros extraordinários em outros países, nem foi feita uma extensa análise econômica desse tipo de imposto.

O tratamento sucinto dos aspectos econômicos do imposto pode conduzir o leitor a falsas inferências; a afirmativa de que o governo "subsidiara de fato" os gastos de publicidade e relações de pessoal (pág. 138) necessita do aditamento esclarecedor de que ele não arca com tais gastos só por causa do imposto elevado, a menos que o aumento da renda decorrente de tais gastos se realize depois da revogação do imposto. O capítulo final resume os resultados das investigações e um extenso índice traz um acréscimo considerável à utilidade do livro.

WORKMEN'S COMPENSATION INSURANCE — A.
F. O'SHEA — Sir Isaac Pitman & Sons, Ltd. — Londres — 1943 — 174 págs.

Prefácio do autor :

Não se destina este livro ao especialista, que tiraria pouco proveito em consultá-lo; destina-se principalmente ao uso de candidatos às provas de Seguro contra Acidentes de Trabalho dos concursos abertos pelo Instituto Oficializado de Seguro (*Chartered Insurance Institute*) e, tendo em vista esse objetivo, encerra, dentro de razoáveis limites, dissertações sobre aqueles aspectos principais de um assunto muito vasto com que o estudante se deve familiarizar. Embora não seja uma obra exaustiva, é de se esperar que forneça conhecimentos básicos àqueles que, na prática, desejam aperfeiçoar-se no assunto.

O volume se afasta, em dois aspectos, das recomendações baixadas pelo Instituto Oficializado de Seguro. Em primeiro lugar, nenhuma tentativa foi feita no sentido de tratar do setor fisiológico do assunto, uma vez que isso exigiria conhecimentos especializados de medicina, e já existem excelentes obras da autoria de pessoas que possuem as necessárias qualificações. Em segundo lugar, as recomendações do Instituto esclarecem que no programa de Seguro contra Acidentes de Trabalho não se exigem noções de Direito de Empregadores e Empregados, estas últimas for-

mando um assunto separado no concurso. Entretanto, os dois assuntos são de tal modo associados que seria quase absurdo escrever um compêndio sobre Seguro Social Trabalhista que deixasse de apresentar, pelo menos, um resumo do direito. Conseqüentemente, fez-se um esforço para apresentar nos dois primeiros capítulos um breve e singelo relato da evolução e das características principais do direito trabalhista vigente na Inglaterra.

O volume encerra os seguintes capítulos: — Prefácio — I — O desenvolvimento histórico da legislação de seguros contra acidentes de trabalho; II — Resumo das responsabilidades dos empregados; III — Como funciona o sistema de seguros; IV — Alcance da lei de seguros e os benefícios gerais resultantes de sua extensão; — V — Formulário de proposta; — VI — Inspeções e prevenção de acidentes; VII — Aplicação da lei de seguro; VIII — Cláusulas sobre a cobertura dos riscos do contrato de seguro e indenizações especiais; IX — Avaliação e classificação dos riscos; X — Determinação das somas de seguro; XI — Seguros de empregados domésticos; XII — Silicose e Asbestosis; XIII — Hulheiras; XIV — Lei das Fábricas, 1937; XV — Legislação relativa aos seguradores; XVI — Administração dos casos de reclamação; XVII — Alguns desenvolvimentos recentes — Suplemento — Lei de Seguro contra Acidentes de Trabalho, de 1943 — Appendix — Índice.

Ao Conselho Britânico nesta Capital agradecemos a gentileza da oferta do presente volume.

WAGE RATES AND LIVING COSTS IN A WAR ECONOMY — MAURICE S. BRODY — *Studies in Business Administration*, Vol. XIII, n.º 3 — University of Chicago Press — Illinois — Junho — 1943 — 38 páginas — \$ 1.00.

O presente estudo é de grande oportunidade, em vista da atual controvérsia relativa à questão de se permitir ou não que as taxas de salário sejam aumentadas no sentido de acompanharem o ritmo crescente do custo da vida. Segundo o autor, torna-se imprescindível o conhecimento dos problemas acarretados pela economia de guerra, sendo seu objetivo expresso fornecer uma interpretação dos informes concretos necessários a tal compreensão. Além disso, o Sr. Brody se manifesta a favor de uma estabilização do custo da vida, através da estabilidade dos salários e preços. Em virtude de sua participação no estabelecimento e administração das escalas de remuneração no serviço público, os administradores e técnicos de pessoal hão de se interessar, sem dúvida, pelas opiniões do autor sobre o método mais satisfatório de auxiliar o governo a manter sua política de taxas estabilizadas de salário.